

## **A MATA ATLÂNTICA PRIVADA: CONFLITOS AGRÁRIOS NA APA DE GUARAQUEÇABA – PR**

**Andrei Cornetta - USP**  
andreicornetta@hotmail.com

**Introdução:** Os objetivos da presente pesquisa consistem em analisar as relações sociais entre Reservas Privadas do Patrimônio Natural (RPPN) e trabalhadores rurais, a partir do estudo de caso da atuação da ong Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS) na Área de Preservação Ambiental (APA) de Guaraqueçaba. A SPVS vem desenvolvendo ações pela conservação do papagaio-de-cara-roxa, espécie ameaçada de extinção, e é responsável pela execução de três projetos em RPPNs, contra o aquecimento global (o chamado “seqüestro” de carbono)<sup>1</sup>. A análise das transformações socioespaciais nas zonas rurais de Antonina e Guaraqueçaba, impulsionadas pela atuação dos órgãos ambientais (Estado) e ambientalistas (ongs) é foco de análise desta pesquisa. Com isso, buscou-se entender os conflitos que as decisões políticas tomadas em escala global, à cerca das medidas mitigadoras do efeito estufa, estão provocando na zona rural do município de Antonina, legitimada pelas ações políticas e econômicas ambientalmente “responsáveis”.

Criada em 1985, a APA de Guaraqueçaba localiza-se no litoral norte do Paraná, abrangendo todo o município de Guaraqueçaba, parte de Antonina, Campina Grande do Sul e Paranaguá, perfazendo uma área de 314.400 ha. A criação da APA tem como objetivo assegurar a proteção de uma das últimas áreas representativas de Floresta Pluvial Atlântica, **conciliando com a presença e a melhor qualidade e vida das populações locais, bem como (...) estabelecer critérios racionais de uso e ocupação na região.** (grifo meu) (IBAMA, MMA, 1996).

Em meados da década de 1990, diversas ongs e fundações ambientalistas se interessaram pela área e, adquiriram grandes lotes de Mata Atlântica, transformando-as em RPPNS. Porém a política ambiental adotada por estas entidades segue o modelo norte-americano de Unidades de Conservação (UC), onde a fixação humana não é permitida<sup>2</sup>.

O decreto n. 1.922 de 1996, diz em seu primeiro artigo que **a RPPN é área de domínio privado a ser especialmente protegida, por iniciativa do seu proprietário, mediante reconhecimento do Poder Público**, por ser considerada de relevante importância pela sua biodiversidade, ou pelo seu aspecto paisagístico, ou ainda por suas características ambientais que justifiquem ações de recuperação. (grifo meu) (Código Florestal, Lei nº 8.171, 1991)

---

1 - Medida proposta pelo Protocolo de Quioto, compensatória ao limite de emissão de CO<sub>2</sub>

2 - Ver Diegues. 1998, pp.23-34

O objetivo principal da implantação da APA de Guaraqueçaba sempre foi o de proteção do meio natural, ainda que a população local tenha sido pensada como um dos elementos constitutivos do espaço a ser protegido. Mas, qual o papel da sociedade local nessa proteção? A resposta a esta questão, em forma de ações de proteção e de concepções sobre a relação entre sociedade e o meio natural, constitui a história da proteção ambiental da área em estudo.

A presente pesquisa, portanto, busca a análise das relações de conflitos entre a ong SPVS, detentora de três RPPNS na APA de Guaraqueçaba e os trabalhadores rurais do município de Antonina.

III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária  
Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005



A foto ao lado marca o início ou pelo menos a “descoberta” desta pesquisa. Viajando pelo litoral norte do Paraná, pela PR 405, uma estrada de terra com cerca de 80 Km que liga o município de Antonina a Guaraqueçaba, deparei-me com uma série de faixas e placas de protesto em meio à Mata Atlântica.

Logo no primeiro contato, foi identificado um contexto amplo envolvendo processos que se desenrolam em diferentes escalas que extrapolam o conflito local, sendo citados embates com a política ambiental nacional, ongs, Protocolo de Quioto, empresas transnacionais, ações contra o efeito estufa entre outros assuntos que desembocavam em conflitos agrários na área rural de Antonina.

Entretanto os conflitos vêm acontecendo desde a década de 1970 com a introdução da bubalinocultura na área rural de Guaraqueçaba e Antonina, em detrimento da pequena agricultura familiar. Neste período, os programas de incentivos fiscais, particularmente o Fundo de Investimento Setorial (FISSET) de 1974, atraíram para o litoral norte do Paraná fazendeiros criadores de búfalos de Curitiba, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A ocupação e a expansão fundiária da bubalinocultura, por meio de regularização duvidosa da compra das terras ou grilos, acarretaram na concentração fundiária e na expropriação dos posseiros, moradores há muito do local. Isto ocorreu por meio de conflitos violentos que resultaram, em geral, no deslocamento espacial dos pequenos agricultores para terras menos férteis, com menor acesso aos recursos florestais, e até mesmo para as periferias de Antonina e Curitiba. Com a chegada dos fazendeiros “de fora”, muitos posseiros sem perspectivas de trabalho e de terras passaram, também, a integrar a mão-de-obra assalariada na bubalinocultura. Além do impacto social, o ambiental também se faz presente neste processo, identificado no desmatamento, na compactação do solo, assoreamento e contaminação de cursos d’água.

Jonas, um dos coordenadores do acampamento do MST José Lutzemberg, em Antonina, conta em seu depoimento que:

*O começo da bubalinocultura foi cerca de 40 anos atrás. Todos grandes proprietários de terras de Curitiba, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Hoje o povo dessa região não tem área para plantar (...). As famílias estão subordinadas em trabalhos em grandes fazendas de búfalos ou então nas áreas da SPVS”. (17/07/2005)*

O senhor Ramires, ex-morador do Cupiuvá, área rural de Antonina, relembra que:

*“As terras foram tomadas por povo estranho. Depois que nós saímos, que foi tomado pelo falecido Romildo. Depois foi indo, e foi um vendendo pra outro, que agora tá na mão do americano. Essa tal de ong aí! O terreno foi vendido a troco de cachaça. Ele não pagou tudo o que devia, entendeu? Ele era advogado e chegava perguntando quanto era o barraco? Nosso barraco era tudo de pau a pique, e a gente oferecia por 100 mil réis, e ele oferecia 50. O terreno era de 40 alqueires. Ali na ponte grande, cortava direto pro morro. Fazia divisa com o terreno dos Ribeiro. Hoje esse terreno é dessa firma!” (...)* (20/04/2005)

As terras compradas pela ong SPVS, com capital estrangeiro de parcerias com as empresas American Electric Power, General Motors e Chevron Texaco, mediados pela ong americana The Nature Conservancy (TNC), são exatamente as mesmas adquiridas pelos criadores de búfalos. Assim, os conflitos por terras gerados nas décadas de 1960 e 70 vêm se agravando hoje, com o adicional das restrições do uso de recursos naturais.

Os protestos mencionados anteriormente repercutem a história do lugar. Se num primeiro momento a população local sofreu com a expropriação, hoje as privatizações das terras e da floresta marcam os conflitos agrários da área rural de Antonina. Desde 2001, o trabalhador rural Luis Carlos, vem fazendo protestos contra as políticas ambientais, ongs, e órgãos do Estado que atuam na APA de Guaraqueçaba. Há cerca de dois anos ele se encontra num processo jurídico com a ong SPVS envolvendo as terras herdadas de seu pai, que faz divisa com uma das RPPNs da SPVS. As terras compradas por sua família no início da década de 1960, foram invadidas por um criador de búfalo por volta dos anos 1970, que em 1995 as mesmas foram compradas pela SPVS, inclusive às invadidas. Como a principal atividade da SPVS, concentra-se na restauração florestal, visando o seqüestro de carbono, as terras escolhidas para a compra foram as grandes fazendas de búfalos, devido à perspectiva de reflorestamento dos pastos. Porém o conflito não se restringe ao processo de reintegração de posse, mas as restrições de uso dos recursos naturais imposto pelas leis ambientais aplicadas na APA de Guaraqueçaba, que vai de encontro com a reprodução sócioespacial dos moradores locais.

Segundo depoimento de Luis Carlos:

*“O que acontece aqui não prejudica só a mim ou mesmo a cidade, isso aqui prejudica a todos os brasileiros (...). Eles compram terras, até aí tudo bem, ninguém pode se opor a isso. Mas, trata-se de uma grande quantidade de terras que eles estão comprando e, dentro dessas terras está a nossa água, a floresta e aí que esta o perigo. (...) a própria polícia vem aqui no meu sítio, a chamado da ong, para impedir que eu plante feijão, o sustento dos meus filhos. Tirando o direito que eu tenho de trabalhar na minha própria terra. Quer dizer esta situação não dificulta só a minha vida, mas todos os moradores da Mata Atlântica. Eu estou de peito aberto nessa luta, por que eu quero trabalhar em cima da lei, eu sou honesto e não sei roubar. A APA não é uma área isolada e presa pela qualidade de vida da população local. Você esta vendo a minha casa, que qualidade de vida eu tenho aqui? Outras pessoas também estão passando pela mesma situação, mas estão trabalhando escondido por aí, cortando palmito, caçando... Será que elas são criminosas?”.  
(17/04/2005)*

**A privatização da Mata Atlântica:** O processo de privatização das terras e dos recursos naturais mostram que o acumulo de capital não se deu apenas no primeiro momento, isto é, com a expropriação dos posseiros pela chegada da bubalinocultura. Numa leitura marxiana, poderíamos analisar o referido caso como uma acumulação primitiva e/ou original. A expulsão violenta da população camponesa, a conversão dos direitos da propriedade da terra, bem como a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas de produção e de consumo; a apropriação de ativos, como os recursos naturais, a monetarização da troca e a taxação da terra são algumas das características que Marx descreve, como propulsores da acumulação primitiva. Porém todos estes, permanecem presentes até os dias de hoje.

Tendo em vista que o acúmulo de capital faz parte de um processo contínuo e contraditório, utilizo para a análise da problemática apresentada, o conceito de acumulação via espoliação<sup>2</sup>. De acordo com David Harvey, alguns dos mecanismos de acumulação primitiva que Marx enfatizou foram aprimorados para desempenhar hoje um papel bem mais forte que no passado. Diversos mecanismos de acumulação por espoliação são criados e (re)inventados no bojo do capitalismo contemporâneo. Harvey exemplifica com a escalada da destruição dos recursos ambientais globais (terra, ar, água) e degradações proliferantes de habitats que impedem tudo exceto formas de capital-intensivas de produção agrícola, também resultam na mercadificação por atacado da natureza em todas as suas formas. (HARVEY. 2004. pp. 120-121)

Outro fator essencial para a compreensão do processo contínuo de acúmulo de capital, se refere às relações entre o capitalismo e modos de produção não-capitalistas. Rosa Luxemburgo já ressaltava que o capitalismo, portanto, vive de formas econômicas não-capitalistas, vive, a bem dizer, e mais exatamente, da ruína dessas formas. Necessitando obrigatoriamente do meio não-capitalista para a acumulação, dele carece como meio nutriente, a custa do qual a acumulação se realiza por absorção. (Luxemburgo, 1984, p. 63)

Assim, a crise ambiental que vivemos e todo o discurso alarmista que gira em torno do aquecimento global, impulsionam uma série de medidas políticas para a mitigação do efeito estufa, que acabaram por liberar um conjunto de ativos que até então não eram mercadificados. O exemplo estudado, o seqüestro de carbono é uma mostra de como um “serviço florestal”<sup>3</sup>, portanto natural e “sem dono”, se transforma em um bem privado e comercializado.

De acordo com a SPVS, a principal atividade desenvolvida nas suas três RPPNs na APA de Guaraqueçaba é o seqüestro de carbono. Por meio do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que se propõe a mitigar o efeito estufa através da fixação de carbono na biomassa vegetal, pode-se obter vários benefícios adicionais, dentre eles a viabilização da conservação *in situ* da biodiversidade. Entretanto a intenção direta dos financiadores dos projetos de seqüestro de carbono da SPVS é a obtenção de créditos compensatórios aos limites de emissão de gases causadores do efeito estufa.

---

2 - Ver Harvey. 2004, pp 115-148

3 - As florestas desempenham papel significativo na atual problemática do ciclo global de carbono, devido a sua capacidade de estocar por longo prazo quantidades de carbono na vegetação, trocando carbono com a atmosfera por meio da fotossíntese e da respiração. (Graça, 2004. p 8)

Países que não têm que diminuir emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), segundo as normas estabelecidas pela Conferência das Partes (COPs), realizada na cidade de Quioto no Japão, em 1997 e implementada no dia 16 de fevereiro deste ano, podem desenvolver projetos com o objetivo de emitir as chamadas CERs (Redução Certificadas de Emissões, tradução da sigla em inglês). Os CERs são derivados financeiros, ou créditos, interessantes às empresas dos países que devem, obrigatoriamente, reduzir as emissões de CO<sub>2</sub>. Embora o Protocolo de Quioto tenha entrado em vigor este ano, os

investimentos e negócios já existem há pelo menos dez anos, especialmente em função da compensação que pode ser obtida com o preço da tonelada de carbono já “seqüestrado”.



Projeto de seqüestro de carbono

Área de reflorestamento (em linha) na Reserva do Cachoeira – SPVS

A privatização exerce o papel fundamental dentro deste processo. As políticas neoliberais de privatização, intensificadas a partir da década de 1970, liberaram novos campos de atividades lucrativas, ajudando a sanear o problema da sobreacumulação<sup>4</sup>. Assim, o que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos a custo baixo, abrindo oportunidades para o capital sobreacumulado apropriar-se desses ativos “adormecidos”, dando-lhes usos lucrativos. No Brasil as políticas neoliberais vão se intensificar, sobretudo durante os oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso. Hoje a Lei nº 8.171, implementada em 1996, que regulamenta a privatização do patrimônio natural do país, começa a desempenhar um papel de sustentação para uma nova forma de acumulação.

---

4 - A sobreacumulação é uma condição em que excedentes de capital (por vezes acompanhados de excedentes de trabalho) estão ociosos sem ter em vista escoadouros lucrativos. (Harvey, 2004, p 124) É importante ressaltar o papel legitimador do Estado nos diferentes patamares escalares. O acompanhamento dos aparelhos estatais, da implementação das decisões tomadas em escala global, adquire uma relação vertical e indissociável a hierarquia das escalas.

Além da compensação adquirida pelas empresas financiadoras dos projetos da SPVS em créditos de carbono, estas ainda se aproveitam do crescente mercado da responsabilidade social<sup>6</sup>. Inúmeros e variados sinais parecem confirmar a tendência a considerar a adesão dos fatores social e ambiental, na estratégia corporativa, como um fator de análise econômica e das perspectivas de retorno financeiro. Nesta ótica, surgem, por exemplo, os “códigos de conduta para fornecedores”, em um contexto reformulado de “consumo ético”, que amadureceu seu posicionamento, do mero boicote rumo a escolha de produtos e serviços, que investem em projetos ambientais e sociais.

Com isso fica claro que a existência da categoria dos ativos intangíveis indica, que o valor adicionado atribuído, extrapola os itens mensuráveis, inerentes aos elementos tradicionalmente verificados (capital, trabalho e recursos tangíveis), para atribuir relevância crescente a itens mais dificilmente ponderáveis, em suas dimensões quantitativas, definidos, exatamente, por isto, como ativos intangíveis, referentes a um conjunto de fatores que vem assumindo relevância no mercado, como reputação, confiabilidade, transparência, capital intelectual, patentes e direitos autorais, posicionamentos estratégicos e afins.

Segundo o professor Ariovaldo, o excedente entre o preço de monopólio (aquele que é determinado apenas pelo desejo e pela capacidade de pagamento dos compradores, sem depender do preço geral de produção ou do valor dos produtos) e o valor do produto (quantidade de trabalho necessária para a produção desse produto) é um lucro suplementar, portanto, renda de monopólio. (OLIVEIRA, 1984)

A renda de monopólio, esse lucro suplementar, vem sendo apropriada cada vez mais pelas empresas financiadoras de projetos sociais e ambientais como forma de responsabilidade social. Um mercado que cresce a cada dia, sobretudo nos EUA e na Europa como forma de adicionar valor, além dos valores tangíveis. No caso analisado, além dos projetos de seqüestro de carbono da ong SPVS, a mesma vem recebendo incentivos financeiros de empresas transnacionais como a Audi com a campanha de adoção de um papagaio-de-cara-roxa.

---

6- Nos EUA e na Europa, há um crescimento vertiginoso dos fundos de SRI (*Socially Investment Funds*), que passam a ser expressão de uma dinâmica de evolução, em que a inicial pressão das ongs é agora substituída pelas escolhas de investidores institucionais e fundos de pensão, na busca de uma melhor e rentabilidade mais segura. Estima-se que U\$ 2,3 trilhões foram investidos em SRI, em 2002. (Barontini, 2004, p. 97)

**Procedimentos:** Para a análise do contexto apresentado, a metodologia em que este trabalho se apóia combina pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de campo qualitativa e toma como objeto de análise os projetos de preservação da Mata Atlântica e a luta social por trabalho na área rural do Município de Antonina.

As relações sociais entre entidades ambientalistas e trabalhadores rurais foram analisados por meio de entrevistas e fotos realizadas em campo com os seguintes sujeitos sociais: Trabalhadores Rurais; Representantes da ong SPVS; Representantes de órgãos públicos ambientais; Camponeses expropriados; Sindicato dos trabalhadores rurais e moradores locais. Foram gravadas cerca de vinte horas de entrevistas com os diferentes sujeitos sociais, dos municípios de Antonina, Guaraqueçaba e Curitiba.

É importante lembrar Lacoste no seu texto “A pesquisa e o trabalho de campo”, publicado na Seleção de Textos n.11 da AGB, comemorando 20 anos de publicação, que o trabalho de campo para não ser somente um empirismo, deve articular-se a formação teórica que é, ela também, indispensável. Saber pensar o espaço não é colocar somente os problemas no quadro local; é também articulá-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais amplas. É neste sentido, que esta pesquisa busca articular os planos escalares e entender as contradições que foram criadas pelas ações políticas para a mitigação do aquecimento global, sob uma perspectiva de análise dialética.

Georges Benko fala do estrabismo metodológico que o geógrafo se submete, devido à análise de dois espaços: o do lugar que ele estuda (uma região, uma cidade etc) e aquele, mais vasto, onde esse lugar se inscreve e de onde se exercem influências e coações que não deixam de ter efeitos sobre o jogo interno das relações locais. (BENKO, 2002, pp.249) Porém, nesta pesquisa, não trato como dois espaços de análise, mas, sim, como planos escalares diferentes, interligados pelas relações transversais à hierarquia das escalas.

De acordo com Milton Santos, tal integração, todavia, é vertical, dependente e alienadora, já que as decisões essenciais concernentes aos processos locais são estranhas ao lugar e obedecem a motivações distantes. (SANTOS, 2000, p.107) De fato, estamos diante das influências dos acordos internacionais para a mitigação do efeito estufa, no local. A “estranheza”, como chama atenção Milton Santos, está fazendo efeito sobre as comunidades rurais que vivem dentro da APA de Guaraqueçaba. O autor ainda completa afirmando que, nessas condições, a tendência é a prevalência dos interesses corporativos sobre os interesses públicos, quanto à evolução do território, da economia e das sociedades locais.

**A Frente de Expansão Ambientalista:** A terra é condição preliminar do trabalho, ao mesmo tempo laboratório e reservatório de matérias primas. Portanto, a terra é um meio de trabalho que o homem mostra-se, desde o princípio, como algo mais do que abstração do “indivíduo que trabalha”, tendo um modo objetivo de existência na propriedade da terra (...) (MARX, 1977, p. 77) Esta que nas últimas décadas na APA de Guaraqueçaba, vem sendo concentrada nas mãos de grandes proprietários criadores de búfalos, especuladores da renda fundiária e, mais recentemente, a implantação de RPPNs a guisa da mitigação do aquecimento global, por meio de projetos de seqüestro de carbono, como proposta de MDL, segundo as diretrizes do Protocolo de Quioto.

De acordo com o geógrafo anarquista Élisée Reclus, as antigas formas de propriedade, que reconheciam a cada habitante da comuna a igualdade de direitos ao uso da terra, da água, do ar e do fogo, são apenas sobrevivências que desaparecem rapidamente. (RECLUS. 1985 p.75) O que foi escrito por Reclus, em *L'homme et la Terre*, no início do século XX, podemos transpor para os dias atuais, na medida que as ações do capitalismo contemporâneo, criam novos mecanismos de apropriação de bens até então não mercadificados. Como bem salienta o autor, “(...) o uso da terra, da água, do ar e do fogo (...)”. A apropriação mercadológica do discurso ambiental, somado com a privatização da terra e dos recursos naturais são a chave de abertura de novos ativos para o acúmulo de capital. Não podemos esquecer o papel que o Estado desempenha dentro deste processo, legitimando pelas leis ambientais, pelo apoio técnico-científico e mesmo pelo discurso alarmista que se cria em torno de um possível colapso ambiental. O papel desenvolvimentista do Estado começou há muito tempo, e vem mantendo as lógicas territorial e capitalista do poder sempre interligadas, ainda que não necessariamente convergentes. (HARVEY, 2004. p. 121)

Novamente, a privatização da terra e a madeira reaparecem como elementos fundamentais para a expansão capitalista no campo. Num primeiro momento a apropriação, desses ativos naturais, serve para a expansão da cafeeira no oeste paulista, como bem descreve Pierre Monbeig, em seu clássico



“Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo”. O desbravamento das terras e a fertilidade do solo, a chamada terra roxa, foi fundamental para o desenvolvimento do café no oeste paulista. (MONBEIG, 1998. pp 95-96)

A madeira, também, teve o seu papel importante dentro do processo cafeeiro. Após muitas perdas com a derrubada de árvores, estas passam a exercer um papel importante do desbravamento, à medida que novas técnicas de exploração industrial de madeiras de lei passam a ser introduzida, (...). As serrarias foram os centros da exploração das madeiras de lei (...), acompanharam de perto a marcha da exploração florestal, não resumida a estas madeiras, mas também com árvores de qualidades inferiores, destinadas a fabricação de dormentes para estradas de ferro e também submetendo-se a um terceiro estágio de exploração: o da lenha. (MONBEIG, pp. 244-246)

Estes mesmos atributos naturais passam a ter uma nova função, mas ainda dentro da lógica de produção capitalista. Agora não mais com as árvores derrubadas, mas “de pé”. O discurso que se constrói em torno disso é que para o Brasil, e para o setor florestal, a questão da participação das florestas na redução dos níveis gasosos, notadamente o CO<sub>2</sub>, representa uma série de oportunidades, no que concerne ao uso racional e sustentabilidade. Porém, as terras de cultivo, as pastagens e as áreas empregadas na colheita, continuam sendo usurpadas dos trabalhadores rurais.

Como descrito por Pierre Monbeig, a respeito do início do século XX em São Paulo, foram criadas frentes de expansão, com novas tendências estabelecidas pela mobilização de diversos sujeitos sociais, em prol da consolidação da produção do café. Hoje, início do século XXI, essa nova tendência, se forma também pela ação de diversos sujeitos sociais e elementos que fizeram e fazem parte do enriquecimento, por meio da apropriação de recursos naturais e da privatização da terra. Por fim, deixo parte do depoimento do agricultor Luis Carlos que expressa de forma contundente a complexidade dos conflitos que estão acontecendo na APA de Guaraqueçaba:

*Eu não tenho medo desses “mafiosos” que são em 72 ONGS que existe aqui no litoral do Paraná, umas que nem aparece. No caso da SPVS, o estatuto deles diz que a ong não tem fins lucrativos, mas na verdade esse seqüestro de carbono é um negócio. Ainda por cima criam búfalos, pra servir de jagunço e fazer pressão nos posseiros como é o meu caso. Sem falar no impacto que esses búfalos geram, destruindo toda a mata ciliar nas beiras dos rios, os palmitos... O IBAMA, IAP e mais a policia florestal faz vista grossa e trabalha em conjunto com esse tipo de gente, esses mafiosos... Eu disse MAFIOSOS! Será que vocês autoridades não tem vergonha? Eu sim sou punido por que sou pobre. Mesmo com licença ambiental, vieram aqui a policia florestal mais o IAP e me multaram dizendo que eu não tinha licença ambiental pra trabalhar (...) A quem recorrer se eles estão junto com as autoridades? (17/04/2005)*

#### **BIBLIOGRAFIA:**

- DIEGUES, A.C. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*, Ed. Hucitec, São Paulo, 1998.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. Ed. Loyola, São Paulo. 2004.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital*. vol. II. Ed. Abril, São Paulo, 1984.
- MAN YU, Chang. *Seqüestro florestal de carbono no Brasil*. ANNABLUME, São Paulo, 2004.
- MARX, K. *O capital (Crítica da Economia Política)*. Ed. Civilização, Rio de Janeiro, 1977.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. Ed. Hucitec, São Paulo, 1998.
- OLIVEIRA, A. U. *A renda da terra*. In Orientação n° 5, IGEOUSP, São Paulo, 1984.

III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária  
Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Ed. Record, São Paulo, 2000.